

Comissão de Desenvolvimento Econômico

REQUERIMENTO Nº DE 2023
(Do Dep. Zé Neto)

Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a tributação do comércio eletrônico transfronteiriço.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 32, VI, “b” C/C com os artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o objetivo de discutir a tributação do comércio eletrônico transfronteiriço, para tanto, solicito sejam convidados:

- 1) Diretor Superintendente da ABIT;
- 2) Presidente Executivo da Abicalçados;
- 3) Diretor Executivo da Ápice;
- 4) Presidente da UNECS
- 5) Presidente do IDV
- 6) Secretário da Receita Federal do Brasil
- 7) Presidente dos Correios

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o governo federal, os ganhos para as empresas com a Reforma Tributária envolvem redução de custos, mais produtividade, competitividade e segurança jurídica. Nesse contexto, é preciso avaliar como a tributação dos bens comercializados por meio eletrônico de origem importada está sendo tratada para que não sejam criadas distorções em relação aos bens comercializados no Brasil.

O comércio eletrônico vem se consolidando no mundo do comércio internacional. Sem dúvida, é uma oportunidade para as empresas, incluindo pequenas e médias, ampliarem sua participação no mercado internacional. Porém, ao mesmo tempo, gera mudanças e desafios sob os mais diferentes aspectos, como questões tributárias.

No dia 30 de junho, foi publicada a Portaria MF n. 612/2023 que estabeleceu alíquota zero do imposto de importação para remessas enviadas



para pessoas físicas de valor até US\$ 50 para as empresas que aderirem ao programa conformidade da Receita Federal.

Os varejistas e indústrias instalados no Brasil, sejam de pequeno, médio ou grande porte, que estão conformes com toda legislação tributária devem recolher tributos sobre toda e qualquer venda realizada, não tendo, portanto, nenhum benefício por pagar e seguir as regras.

Por essa razão, entendemos que a medida cria um desbalanceamento concorrencial, estabelecendo condições diferentes em prejuízo dos varejistas e indústrias nacionais e, ainda fechamento de empresas e perda de empregos diretos e indiretos, o que implica na destruição da geração de emprego e renda no Brasil.

O objetivo da audiência é discutir como essa medida se coloca no contexto da Reforma Tributária que busca soluções para reduzir o “Custo Brasil” e aumentar a competitividade da economia nacional.

Isto posto, pedimos o apoio dos nobres pares da Comissão de Assuntos Econômicos para a realização de uma audiência pública que discuta o enfoque levantado neste requerimento.

Sala de Comissões, de agosto de 2023.

Zé Neto
Deputado Federal-PT/BA

